



PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CONTRADIÇÕES QUANTO AO PROFESSOR NOTÓRIO SABER

Fernanda Alves de Araujo Duarte

UNEB

fernandalvesdarte@gmail.com

Célia Tanajura Machado

UNEB

celia.tanajura@gmail.com

Thayse Lacerda Assis

UNEB

thaycecebomfim@gmail.com

Ruy José Braga Duarte

UNEB

rjbduarte@uneb.br

Resumo

Este trabalho integra uma pesquisa de mestrado em andamento sobre o trabalho de professores não licenciados na precarização da profissionalização do docente da rede pública estadual de educação profissional da Bahia e suas relações com a política de reconhecimento e certificação de saberes e competências profissionais, alinhada à validação do profissional notório saber. O estudo é de abordagem qualitativa, de natureza básica, fundamentado no materialismo histórico-dialético, com destaque para as categorias totalidade e contradição, considerando as relações que permeiam o trabalho docente no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Como procedimentos técnicos, a pesquisa realiza análise sistemática de documentos oficiais, artigos, teses e dissertações que abordam a problemática. A Educação profissional, no Brasil, relegada a uma posição periférica nas políticas educacionais, tem, gradualmente, assumido maior relevância nos últimos anos, seja no âmbito acadêmico, seja nas agendas institucionais. Esse movimento se intensifica especialmente a partir das reformas orientadas por princípios neoliberais, os quais estabelecem uma estreita conexão entre a formação educacional e as demandas do mercado de trabalho. Nesse contexto, à EPT, que tem por princípio a formação da classe trabalhadora, tem se constituído como um campo de experimentação para implementação de ideias hegemônicas do capital. De acordo com

Sena e Souza (2023, p.7) “[...] o que não desejamos é um ensino que tenha o capital como princípio norteador e que o educando esteja alienado quanto ao tipo de sociedade em que está inserido, sendo um mero reproduzidor do sistema”. A educação para o trabalho, no âmbito da EPT, em uma perspectiva emancipatória da classe trabalhadora, se coloca como resistência, tendo como desafio equilibrar, de forma dialética, uma síntese entre a inserção do trabalhador no mundo do trabalho e a consolidação de uma proposta formativa ampla, crítica e emancipadora, voltada à formação integral da classe trabalhadora. Para Lima (2025, p.1) “[...] o campo das lutas sociais, conflui por diferentes caminhos [...] especificamente, sob o capitalismo, como os processos educativos são mobilizados para atender às demandas do mercado, mas também podem ser instrumento de resistência e emancipação dos trabalhadores”. O Estado brasileiro, quando trata da educação do trabalhador, pretende adequá-la o mais possível à demanda do mercado e ao modo de produção capitalista. A trajetória da educação para classe trabalhadora no país, marcada por contradições, ora se manifesta com avanços, ora em retrocessos, que nos revelam contradições profundas: de um lado, a exigência imediatista do mercado, que visa a produtividade e a reprodução do capital, do outro, a necessidade de formação do trabalhador como sujeitos críticos, capazes de compreender e mudar a realidade social e histórica em que estão inseridos. O conjunto de reformas implementadas nos últimos anos, em consonância com os desdobramentos da crise orgânica do capital, tem favorecido o aprofundamento da precarização das condições de trabalho docente e, por consequência, o desmonte progressivo de direitos da categoria. Dentre as inúmeras reformas em discussões em torno da EPT e que fragilizam a profissionalização docente, encontra-se os impactos trazidos pela implementação da Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Tal dispositivo, alterou o artigo 61 da LDB, e passou a admitir, de maneira explícita, o trabalho de profissionais não licenciados, mas com titulação ou prática em área específica, nos sistemas de ensino, como profissionais aptos a atuarem no itinerário formativo V – formação técnica e profissional, na etapa do ensino médio da educação básica. Espaços de conflitos e divergências, alguns artigos da Lei nº 13.415/2017 foram revogados pela Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024, porém a admissão de profissionais notório saber, como docentes no quinto Itinerário se manteve. Conforme Alves *et al* (2020, p. 63): “Ao permitir que a experiência laboral e a prática de ensino sirvam como requisito para



atuação na educação profissional, o legislador acabou por ampliar a noção de notório saber, permitindo um atalho formativo à licenciatura [...]”. Outros dispositivos legais conferem legitimidade à inserção de profissionais sem licenciatura na EPT, destacando-se o artigo 54 da Resolução CNE/CP nº 01/2021 que institucionaliza a figura do professor de notório saber em curso de EPT de nível médio. A implementação da política de reconhecimento do notório saber, seja de maneira direta ou indireta (devido à ausência de um processo claro de certificação), legitima a atuação de trabalhadores sem formação nas atividades docentes e compromete a profissionalização dos professores na EPT. Este trabalho busca evidenciar as implicações decorrente da atuação de profissionais não licenciados nas escolas de educação profissional da rede estadual da Bahia. Como conclusões parciais, já é possível compreender que tal prática suscita preocupações relacionadas à fragilização e à precarização das condições de trabalho desses sujeitos, ao mesmo tempo em que revela um potencial processo de desprofissionalização da carreira docente nessa modalidade de ensino. Ademais, é possível problematizar possíveis conexões entre essa realidade e a legitimação, no âmbito da legislação educacional, da figura do profissional de notório saber para o exercício da docência no âmbito do ensino médio regular – ainda que circunscrito ao itinerário formativo da educação técnica e profissional.

Palavras-chaves: Profissionalização docente. Notório Saber. Precarização docente.

Referências

ALVES, Ursulina Ataíde; SILVA, Daniel Alves da; LEITE, Belchior Ribeiro; SILVA, Raphael Zenas Rocha da; SILVA, Claudio Nei Nascimento. Proletarização do trabalho docente e o notório saber: desafios e entraves para o resgate da valorização do professor. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 62–79, 2020.

LIMA, Antonio Almerico Biondi. A relação indissolúvel entre trabalho e educação. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 27, maio 2025.

SENA, Francisco das Chagas de; SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Formação docente para a Educação Profissional e Tecnológica no século XXI: mudanças e permanências. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 23, p. e14545, 2023.